

# Monike Cordeiro Gouveia Ana Maria Monte Coelho Frota\*

## O que é Violência?

Uma compreensão fenomenológica da violência por adolescentes que  
cumprem medidas sócio-educativas \*\*

**RESUMO:** Esta pesquisa visa refletir como as jovens que cumprem medida sócio-educativa em um centro educacional compreendem o fenômeno da violência. Partimos do conceito de adolescência trazida pela Psicologia Sócio-Histórica, do estudo sobre adolescentes autores de atos infracionais e de diferentes referenciais teóricos acerca do(s) conceito(s) de Violência. Realizamos entrevistas com duas jovens que cumprem medida sócio-educativa no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM). Como forma de análise fenomenológica dos dados, refletimos sobre a vivência das jovens, proporcionando um "encontro" entre suas falas e o referencial teórico escolhido. Pretendemos, com este estudo, ampliar o campo de reflexões e discussões sobre o tema, bem como contribuir com o trabalho executado por profissionais que lidam com jovens que cometeram algum ato infracional ou que vivem em situação de risco social.

**Palavras-chave:**  
violência,  
adolescência,  
fenomenologia e ato  
infracional

## I ntrodução

Sempre nos preocupou a temática da violência. A partir do contato travado com o NUCEPEC<sup>1</sup>, com o Núcleo Estadual de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes e com o CEABM, um Centro Educacional Aldaci Barbosa Moura, pudemos dar forma a nossa pesquisa.

Neste estudo, trabalhamos com as categorias adolescência e violência, por serem primordiais para a compreensão da temática. A concepção de adolescência por nós adotada é a da Psicologia Sócio-Histórica, que se

(\*\*) Este trabalho é parte de uma Monografia feita como exigência parcial para conclusão de Curso de Graduação do Curso de Psicologia da primeira autora. Foi feita enquanto a autora estagiava como psicóloga no CEABM, o que

refere a uma visão construída do processo de adolecer. Já a violência, é discutida como uma temática múltipla e complexa, de difícil conceituação, tecida no seio das relações sociais.

Como metodologia de pesquisa, optamos por uma orientação fenomenológica, já que nosso interesse é mergulhar nas vivências de cada adolescente participante deste estudo, na busca de refletir e entender como se constituiu sua visão sobre a violência.

Apesar de não fazermos conclusões fechadas, refletimos algumas questões importantes para a compreensão da violência a partir da fala de nossas colaboradoras.

## O percurso metodológico: como se construiu esta pesquisa

Nosso interesse com este estudo foi conhecer como as adolescentes internas no CEABM significam o fenômeno da violência, tendo como base suas próprias experiências. Como nos afirma AmatuZZi (2001): “se digo o vivido, aquilo que digo já é o vivido dito, e, portanto, composto por palavras. Nosso acesso de pesquisador ao vivido se dá, portanto, como através de versões dele” (p. 19).

A Fenomenologia, segundo Critelli (1996), surge no século XIX como uma alternativa ao modelo de ciência e de verdade, existentes na época. Nesse momento histórico, a Metafísica impera com suas visões acerca do homem, do mundo e do conhecimento. Assim, o conhecimento advinha da relação do homem com o objeto a ser conhecido, através de métodos lógico-racionais. Com isso, a metafísica pregava uma noção de ciência baseada na objetividade, com o intuito de controlar a natureza.

Porém, como controlar o humano? O próprio “ser homem” não é regido por nenhuma condição apriorística que determine sua condição humana (CRITELLI, 1996). O homem torna-se homem, sendo homem, na relação com outros homens, em sua condição mundana. De modo que homem e mundo são inseparáveis e estão em contínuo movimento de vir-a-ser, constituindo-se em suas múltiplas possibilidades.

Deste modo, é possível percebermos que as proposições de cunho fenomenológico contrariam a corrente metafísica, que objetiva superar a imprecisão dos fenômenos, tentando restituir ao homem a posição de conhecedor, portanto, de regulador do mundo. O método fenomenológico interessa-se em saber o que é e como é algo, muito mais do que os recursos técnicos que se possa utilizar em um estudo.

Ihe possibilitou grande facilidade de penetração junto a Sara e Patrícia.

<sup>1</sup> O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) é um órgão de extensão da UFC que, desde 1984, trabalha com a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, através principalmente da produção e socialização de conhecimentos na temática, capacitação de recursos humanos e atividades de ação política e ação direta.

Fenomenologia refere-se ao estudo do fenômeno. Fenômeno, por sua vez, segundo Karwowski (2005), pode ser entendido, no seu sentido estrito, como “aparecer ou aquilo que se mostra por si mesmo” (p. 25), a partir do grego *phainestai*. Sendo assim, compreendemos como fenômeno o sentido que se revela daquilo que aparece na consciência.

Apesar de existir algumas compreensões diferenciadas dentro da própria Fenomenologia, optamos por uma compreensão Heideggeriana do fenômeno estudado.

Objetivamos conhecer como a violência é experienciada pelas jovens colaboradoras deste estudo. Assim, precisamos estar atenta aos pré-conceitos construídos por nós mesmas acerca da temática, percebendo qual deles nos serve para esta investigação e quais os que devem ser abandonados (DUTRA, 2002). Ou seja, não se faz necessário “suspender” os *a priori*, tendo em vista que eles nos servirão na leitura do fenômeno estudado. Essa concepção diferencia-se da Fenomenologia proposta por HUSSERL que afirma, dentre outros preceitos, ser necessária a suspensão de conceitos pré-concebidos acerca da temática, a fim de que o fenômeno apareça como consciência de cada sujeito investigado (FROTA, 1997/98).

Deste modo, estamos cientes da verdade como *alethéia* e não como *veritas*. Segundo Heidegger [1957(1960) apud Frota [1997/98]], a concepção de verdade como *alethéia* refere-se a um conhecimento provisório, incompleto, um desvelamento, desocultamento, dependente do olhar empregado. Por isso, sempre revelada em partes, ficando outros aspectos ocultos.

O método fenomenológico interessa-se por saber *o que é e como é* o fenômeno que se deseja compreender. Assim, vai em busca de como o sujeito significa tal fenômeno, a partir de sua própria experiência. Para escutar o sujeito, optamos por utilizar a narrativa, que consiste em uma maneira de contar uma história, dando a possibilidade de o ouvinte ser acompanhante dessa experiência e não somente espectador (DUTRA, 2002). Quando recontamos essa mesma história, o ouvinte transforma-se em narrador, visto que sua experiência de vida imbrica-se na história narrada.

A narrativa não faz referência a uma simples informação de um fato, e sim a uma descrição que está sujeita à interpretação do ouvinte. Por não oferecer respostas, ela é capaz de sensibilizar o ouvinte, despertando emoções e sensações que vão constituir a interpretação dada. Esse estilo metodológico auxilia-nos na aproximação do vivido, sendo, portanto, condizente com a forma que escolhemos de ler o fenômeno estudado.

<sup>2</sup> O CEABM é a única unidade, em todo o estado do Ceará que atende adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade, além de diferenciar-se de outros centros masculinos por reunir as três medidas sócio-educativas: privação de liberdade, internação provisória e semi-liberdade. Foi criado em 1981, tempo em que funcionava como Centro de Triagem Feminina, recebendo uma clientela complexa e diversificada: perambulantes, órfãs, portadoras de deficiência mental e infratoras. Com o advento do ECA, o CEABM deixou de ser um Centro de Triagem para se tornar uma Unidade de Internação para adolescentes em conflito com a lei.

<sup>3</sup> Quando me refiro ao fato de não ter categorias a priori, é importante frisar que estas dizem respeito a algumas posturas pré-concebidas que eu poderia ter tido, na análise do fenômeno estudado. Autorizo-me a falar de categorias a priori, quando penso que estou estudando um conjunto de temas, como: Ato infracional, Violência ou Adolescência, que são anteriores à análise do tema propriamente dito. No entanto, ao me debruçar sobre tais temáticas não tive a pretensão de confirmar ou refutar nenhuma hipótese ou impressão a respeito de nenhuma delas. Por

Para concretizar o objetivo de aproximar-nos do vivido das meninas internas no CEABM, pareceu-nos que o discurso seria uma via acessível, numa atitude de abertura e respeito ao outro. Sendo assim, escolhemos a técnica da narrativa, através de entrevistas, como forma de acompanhar a experiência narrada. As entrevistas tiveram três perguntas disparadoras: o que é violência para você? Como você avalia o ato infracional cometido? Qual a relação entre o que é violência e o ato infracional cometido?

Utilizamos os depoimentos de duas adolescentes que estavam cumprindo a Medida de Privação de Liberdade no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota<sup>2</sup>. Sara chamou-nos atenção por sua história de vida. A jovem foi interna por tráfico de drogas. Muito envolvida com a gangue de seu bairro, estava interna, quando do início da pesquisa, há, aproximadamente, seis meses, sendo reincidente pelo mesmo motivo referido. Patrícia é uma garota bastante inteligente, questionadora e crítica frente à sua realidade. Há seis meses encontrava-se no CEABM por prática de homicídio.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e textualizadas. É importante ressaltar que os nomes das colaboradoras são fictícios e foram escolhidos por elas mesmas. De acordo com Bom Meihy (1991), *apud* Santos (2005), a textualização é uma maneira de tornar o texto mais agradável ao leitor; de modo que se tenha uma leitura mais fluida. Nesse estilo de texto, o objetivo é que o leitor chegue o mais próximo possível da fala primeira do entrevistado.

Como forma de análise, não adotamos nenhuma categoria *a priori*<sup>3</sup>. As categorias trabalhadas foram se revelando ao longo da investigação.

## A adolescência em discussão

A partir de um olhar evolucionista se construiu uma concepção de adolescência como passagem da infância para o mundo adulto, negligenciando muitos aspectos relevantes para sua compreensão. Segundo Bock (2002):

*A adolescência, da forma como se apresenta nos textos, não tem gênese social. Nenhuma de suas características é constituída nas relações sociais e na cultura. Assim, ao se pensar a problemática da adolescência não se toma qualquer questão social como referência (p.62).*

Certamente, destituir da adolescência sua gênese social é entendê-la como universal e fruto da construção natural do mundo, como se os fenômenos fossem determinados por essa naturalidade.

Quando se discute a adolescência, na maior parte das vezes, as transformações físicas, biológicas e corporais, inerentes a esta fase, mostram-se em primeiro plano. A tais mudanças dá-se o nome de puberdade, a qual, segundo Calligaris (2000), é “uma transformação substancial do corpo do jovem, que adquire as funções e os atributos do corpo adulto” (p. 17).

O grupo de indivíduos na faixa etária entre doze e dezoito anos incompletos, definição de adolescência contida no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ganhou maior visibilidade no século XX, passando a ser reconhecido como uma categoria em si, e não somente como uma preparação para a vida adulta, como foi tratada durante muito tempo (ABRAMO, 2005). De acordo com Bock e Liebiesny (2003), no que concordamos, essa categoria surge como uma necessidade da sociedade moderna ocidental, exigida por uma nova reorganização social, em virtude da crescente industrialização e incremento das relações sociais.

Muitas são as perspectivas de compreensão da adolescência. Algumas correntes teóricas a enxergam como fruto de mudanças físicas e corporais e com características universais e estáticas, independentemente, portanto, da história ou da cultura que a constitui (COLL, *et.al*, 1995; COLE e COLE, 2005). Outra concepção bastante difundida, e que tem um cunho também “naturalizante”, por retirar o caráter social e histórico com que se concebe a adolescência, é a que a encara como uma etapa de conflitos, momento em que o indivíduo está em transição entre a infância e o mundo adulto (PALÁCIOS, 1995). No entanto, para a perspectiva Sócio-Histórica, com a qual somos coniventes, tanto as mudanças físicas quanto as crises tidas como próprias da adolescência estão imbricadas com a historicidade e com o contexto na qual emergem, não podendo assumir uma perspectiva homogeneizadora (OZELLA, 2002).

É muito comum, dentro de uma ótica naturalizante, adotar uma perspectiva adultocêntrica. Segundo Bock e Liebiesny (2003), tal perspectiva defende que os valores e comportamentos do mundo adulto sejam as referências para os jovens.

Assim, o ser adolescente inserido como uma categoria múltipla, não tendo uma essência que possa ser dada como universal, carrega muitas significações sociais e culturais. Segundo Calil (2003), a visão pejorativa da criança e do adolescente como “menor” encontra sua marca na história da colonização do Brasil, chegando até os tempos atuais. Na verdade, esta marca se revela como uma construção histórica que permeia as relações sociais e constituem as subjetividades de nossas crianças e adolescentes ainda na contemporaneidade.

isso, afirmo que minhas interpretações foram se delineando ao longo da investigação e não aprioristicamente.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma inovação grande no tocante à infância, colocando-a como prioritária. Além disso, temos, a partir de 1990, uma doutrina complementar à Constituição de 88, que considera a criança e o adolescente como “prioridades absolutas”, adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal N°. 8.069/90). O advento do ECA pode ser considerado um divisor de águas no tratamento dispensado à infância e à adolescência, garantindo a atenção indispensável para sua formação, posto serem pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. As conseqüências dessa mudança de paradigma não devem ser observadas somente no âmbito legal com a revogação do antigo Código de Menores, mas, sobretudo, na transformação de concepções e práticas destinadas ao público infanto-juvenil.

Outra mudança significativa trazida pelo ECA é a previsão do cumprimento das medidas sócio-educativas. Estas guardam aspectos de natureza punitiva e educativa, a fim de fazer cumprir seu objetivo maior, qual seja o de “inclusão do adolescente autor de ato infracional” (VOLPI, 2002, p. 19).

A adolescência é uma construção humana, que se foi edificando ao longo da história, estando imbricada numa complexa trama de significações sociais. Não é, portanto, possível pensá-la fora do seu contexto. Deste modo, passamos agora a refletir a adolescência construída a partir de um contexto considerado violento.

## **Violência e Juventude: encontros e desencontros**

Aprofundando-nos na temática da Violência, percebemos que não existe um discurso uniforme sobre o tema. Diógenes (1998), além de outros autores, aponta uma noção de violência como um fato construído historicamente, só podendo ser entendido a partir de seu caráter social e cultural. Essa abordagem contrapõe-se a noções de violência que a concebem como um fenômeno natural, de ordem biológica que acomete o ser humano e que precisa ser descarregado, a fim de restaurar o equilíbrio interior. Nessa perspectiva, a violência ocorreria da mesma forma em todas as sociedades, independente da cultura na qual emerge.

Partilhando da idéia de Diógenes, entendemos a violência como um fenômeno eminentemente humano, datado historicamente e revestido de significações sócio-culturais. Ou seja, acreditamos que a violência constrói-se na relação entre os homens, mediatizada pela cultura, carregando consigo os significados que sua história encerra.

Segundo Diógenes, a sociedade moderna na qual vivemos não dá lugar à expressão da violência. Pela inexistência de um espaço de expressão, não se constrói um diálogo sobre a violência. Nesta perspectiva, a violência

é sempre tratada como uma “coisa abstrata”, algo vindo de fora que acomete o ser humano, mudando o rumo dos acontecimentos, inesperada.

A filósofa Hanna Arendt (1969) tem um pensamento que vai na direção de considerar a violência um esvaziamento da linguagem:

*A partir disto, a violência é definida como o agir sem argumentar e o império do silêncio: onde quer que a violência domine de forma absoluta, como por exemplo, nos campos de concentração dos regimes totalitários, não apenas as leis - les lois se taisent - mas tudo e todos devem permanecer em silêncio (p.195).*

Pensando no que pode estar por trás do aparecimento da violência, Diógenes (1998) nos auxilia, mais uma vez, afirmando que tendemos a pensá-la como consequência do desemprego, ou da pobreza. A antropóloga Alba Zaluar (2002) é partidária desta crença, afirmando que se configura por demais simplista a idéia que paira no imaginário social, associando violência à pobreza. Tal ponto de vista reduz a idéia de homem a do *homo economicus*, ou seja, um sujeito movido apenas pela necessidade de sobrevivência, impregnado da lógica mercantil do ganho. No entanto, esta é apenas uma de suas facetas, sendo importante compreendê-la como uma complexa rede que envolve diversos fatores.

Fazendo uma análise acerca da violência e da sua relação com a juventude, Diógenes (1998) afirma que a população juvenil encarna os ideais cultivados pela sociedade moderna, como beleza, transitoriedade e consumo. Consumindo esse estilo jovem, calçando e vestindo roupas que os identifiquem como parte desse grupo, caracteriza-se uma das formas de se obter reconhecimento e, portanto, ser visto. Aos milhares de sujeitos que não se enquadram, restam-lhes os meandros da invisibilidade.

Esta reflexão nos remete a fala de uma adolescente do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota: “Tia, eu preciso traficar drogas pra comprá roupa de marca e ter os amigos que eu tenho...”. Para esta jovem, se tornar visível era poder se exibir com uma marca de roupa que fosse reconhecida pelo seu grupo de amigos.

Analisando a ausência de pertencimento macrossocial com a qual os jovens de periferia se subjetivam, Oliveira (2001) concorda com a idéia de que eles, muitas vezes são invisíveis para além de seus espaços, a não ser quando se tornam notícias da mídia:

*... apesar de numericamente expressivos na paisagem brasileira, é inegável a invisibilidade social dada aos milhões de jovens moradores do “outro lado da cidade”, uma vez que eles são evocados somente quando são alvos de preocupações pelas ameaças à ordem pública ou chegam às páginas policiais transformados em bandidos (p.17).*

David Levisky (1998) traz outra discussão que acreditamos ser de extrema importância: a banalização da violência. Para ele, muitos são os atos de violência que vemos cotidianamente, além dos veiculados pela mídia. Com isso, acabamos por naturalizar um fenômeno datado e construído sócio-historicamente.

Oliveira (2001) divide conosco algumas de suas inquietações como dirigente de uma unidade de FEBEM, fazendo algumas análises sobre a violência juvenil na contemporaneidade: Referindo-se ao conceito de Adolescência, a define como um momento de vida em que os sujeitos sentem a necessidade de buscar um “lugar” na sociedade. Tendo em vista que não assumem mais os papéis que exerciam quando criança, o jovem sente necessidade de encontrar definições que dêem conta do seu novo papel social. Além do desejo por reconhecimento, o autor coloca a busca por autonomia como uma das características do adolecer atualmente. Nessa fase, segundo ela, há uma tentativa de diferenciar-se, libertando-se da condição de dependência, vivida na infância.

É evidente a busca por autonomia numa cultura que valoriza exacerbadamente o individual em detrimento das relações e das referências coletivas. Essa ética faz parte do modo de sociabilidade capitalista, ditando gostos variados e rapidamente mutáveis, de modo que exista consumidor a todo instante, sempre buscando seu prazer! Nesta ética não se valoriza o coletivo, o outro. Perde-se a noção do todo para se ver somente as partes.

Após todas estas considerações, reiteramos o modo como lidamos com a violência: excluímos os sujeitos ditos “desviantes”. Tentamos imputar aos desviantes, aos burladores das normas sociais, a culpa pela violência. Assim, os retiramos do convívio social. Agindo deste modo, não nos questionamos acerca da violência. Somente a escondemos do nosso olhar crítico.

Segundo Oliveira (2001), o modo de funcionamento das unidades de correção presente na antiga FEBEM acaba reproduzindo a ótica do sistema prisional, na qual a penalidade é vista como necessária para evitar a repetição de outros atos delitivos. Alguns desses Centros contam com equipes técnicas frias e distantes, garantindo uma forma de segregação, com o intuito de conseguir uma obediência severa às leis.



Salles Filho (2004) reflete acerca do que ele denomina de “trabalho sujo”, analisando a postura de alguns profissionais que trabalham em instituições prisionais ou Centros Educacionais. Segundo ele:

*O trabalho sujo social está, assim, ligado às ocupações, às instituições e aos profissionais encarregados de fazer cumprir a lei, principalmente, as forças de segurança e as instituições oficiais existentes em todas as sociedades, com as funções de: identificação, isolamento, detenção, punição ou recuperação dos desviantes ou suspeitos, pessoas culpadas ou inocentes, que ponham em risco a segurança, o patrimônio, a saúde ou a integridade jurídica, física ou psíquica dos cidadãos. Com esses propósitos, é delegado a alguns grupos profissionais o poder do uso da violência, – até mesmo física - do uso de armas e de intervirem, acima de alguns dos direitos básicos dos cidadãos, se isso é necessário à preservação do bem geral e se os atingidos por essa violência não se adequam ou oferecem riscos à ordem social (p. 121).*

Sales Filho coloca que a postura autoritária de alguns profissionais de um Centro Educacional segue os ditames da própria sociedade que lhes exige fidelidade quanto às normas, tanto institucionais como sociais. Para tanto, há, de certa forma, uma legitimação para uma postura hierárquica que se observa entre alguns profissionais, uma legitimação do trabalho sujo, descrito acima.

Assim, para Oliveira (2001), os Centros Educacionais funcionam como uma espécie de estufa para mudar pessoas, sendo essa a forma que têm para devolver à sociedade o jovem que fora expurgado por não se enquadrar aos padrões exigidos.

No Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota percebemos algo semelhante ao que o autor descreve: as relações entre as adolescentes são vigiadas; a expressão corporal é tolhida; a busca por normatização é gritante; os estigmas e estereótipos carregados por essas jovens impedem que elas sejam vistas de modo não repressivo e castrador. Apesar de haver esforços, por parte de alguns funcionários, para que esse quadro se modifique, percebemos o quão violento é o cotidiano dessas jovens. Uma delas me fala: “*Tia, tem gente que pensa que não, mas até aqui a gente sofre violência*”!

Embora seja crescente o número de jovens admitidos nos centros educacionais, é maior ainda o número de adolescentes que sofrem algum tipo de violência. Assim, faz-se necessário descortinarmos o mito de que

os jovens são os principais culpados pela insegurança social, especificamente os adolescentes de classe econômica desfavorecida.

Precisamos entender o sentido da violência para essa parcela da população que, certamente, diferencia-se do significado da violência para as elites.

## Compreendendo as narrativas de Sara e Patrícia

**Um pouco da história de Sara:** Sara é uma adolescente de dezessete anos que reside em Fortaleza, na companhia de sua mãe e irmãos. É reincidente por tráfico de substâncias entorpecentes. Cumpre medida de internamento. Tem um irmão que também cumpre medida sócio-educativa numa instituição destinada a adolescentes do sexo masculino. Reside em um bairro em que predomina grande rivalidade entre gangues de moradores e de vizinhos. Segundo refere, tem envolvimento com a gangue do seu bairro. A jovem interrompeu seus estudos, retomando-os no Centro. Não mantém uma boa relação com algumas adolescentes da Unidade, ocorrendo, algumas vezes, discussões entre elas. Isso provoca algumas medidas punitivas por parte dos instrutores educacionais, como o recolhimento e a tranca<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O recolhimento é a medida em que a adolescente é privada do momento de lazer que elas têm depois do jantar. Esta medida é aplicada por três dias. Ela ocorre quando o descumprimento de alguma norma é considerada leve. Tranca é uma medida de contenção severa e acontece quando a adolescente descumpre alguma norma grave da Instituição, como agredir fisicamente a alguém ou desrespeitar algum profissional. A jovem fica reclusa em um local, que tem a forma de uma cadeia, sem participar de nenhuma atividade e mantendo contato apenas com os instrutores que se encarregam de levar comida para a cela.

**Agora um pouco sobre Patrícia:** Esta jovem tem dezessete anos e reside no município de Iguatu. Chegou ao CEABM por ter infringido a Medida de Semiliberdade que cumpria pela prática de homicídio. Há seis meses cumpre a medida de privação de liberdade e, nesse tempo, poucas vezes a jovem recebeu visita da família. O pouco recurso financeiro da mãe impossibilita-a de visitar a filha com a frequência desejada. Estudava na sua cidade natal e continuou seu estudo no CEABM, tendo destaque nessa atividade.

### Tecendo compreensões acerca do fenômeno da Violência a partir (com e através) das narrativas de Sara e Patrícia

Logo no início das reflexões teóricas que vimos fazendo, compreendemos a dificuldade de apreender e conceituar o fenômeno da violência. A multiplicidade dos sentidos da violência também foi constatada por Sara, que não encontrou palavras suficientes para descrevê-lo. Assim, ela nos diz:

*Violência, eu acho que é muita coisa!”. Patrícia, por sua vez, também sente dificuldade em esclarecer o que é violência: “Violência é tipo briga, né?. Quando a pessoa bate na outra é uma violência. E também pelo o que eu sei, violência é tipo eu fazer uma coisa que você não*

*consente, sem sua permissão. (...) Ah cara, então num sei o que é violência não. A violência... Não sei qual é não! Porque tudo tem dois lados.*

Citamos Diógenes (1998) por acreditar que ela destaca um dado que guarda semelhança com as falas referidas: “Talvez a faceta mais peculiar das práticas da violência seja o seu caráter difuso, imprevisível, sem lugar definido no corpo social” (p. 55). Ou seja, definir violência em um conceito único e que dê conta de toda a complexidade do tema, parece complicado, deixando clara a complexidade da teia de significados em que ela se enovela.

A nosso ver, parece que a violência está tão impregnada nos modos de ser e de estar de Sara, que se tornou algo natural. Com base no pensamento de Diógenes (1998), a naturalidade com que Sara aborda o fenômeno da violência revela um tipo de violência cotidiana que, para muitos jovens, passa despercebido. Na realidade de Sara, faz todo sentido a naturalização da violência, uma vez que é integrante da gangue de seu bairro e, a meu ver, encara a violência até mesmo como forma de sobrevivência.

Um dos conceitos que Patrícia acredita ser o de violência é o que se refere à idéia de violação à lei. Segundo Diógenes (1998): “Obviamente as práticas de violência explicitam a não aceitação de um outro, de certas regras sociais, da violação direta à idéia de Lei” (1998, p. 90). Na verdade, embora Patrícia saiba da existência das regras sociais, elas não foram aceitas e muito menos respeitadas.

Oliveira (2001) parece concordar com Diógenes (1998) no tocante à idéia da violência estar imbricada nos contextos sociais e históricos. Analisa, em seus escritos, a violência interligada à realidade sócio-cultural vivida pela juventude em nossa sociedade contemporânea. Sendo assim, coloca-nos a possibilidade de pensarmos na violência como via de acesso ao reconhecimento e à autonomia tão desejada pelos jovens. Ficamos surpresa quando encontramos na narrativa de Patrícia, algo que nos remeteu ao que Oliveira afirma.

*Todo mundo venera a gente porque a gente fez isso.(...) Aí os outros tudo tem medo. (...) Vixe, eu considero fulano de tal, porque matou fulano de tal, aí considera, é o que acontece. Por exemplo: eu matei lá no município... Aí, vixe! Patrícia é muito doida... Eita gata roxada, se responde, num sei o que... (...) Aí naquele momento ali é bom demais! Onde a gente chega é bem recebida.*

Tornar-se visível lhe trouxe respeito e consideração das pessoas com as quais convivia. Patrícia gosta muito de ser reconhecida, vista e valorizada, nem que seja pela via da violência.

No decorrer das entrevistas percebemos que Sara e Patrícia conseguiram falar, expressaram de forma direta os atos de violência que cometeram. Ou seja, elas materializaram a violência e conseguiram construir um discurso acerca desta realidade. Isso, por sua vez, contrasta com a forma como a nossa sociedade lida com essas práticas. Diógenes (1998) afirma que a violência é sempre algo pertencente à esfera do “outro” e que, por isso, está sempre distante de nós. Assim, não nos assumimos enquanto sujeitos de práticas e relações violentas. Como decorrência da nossa ausência, não construímos narrativas sobre o fenômeno. Tendemos a negá-la. Por isso, tendemos a expurgar essa temática de nossas vidas. E com ela, aqueles que aparecem como os autores de práticas violentas.

Achamos provável que Sara e Patrícia nem se dêem conta da forma como agem e como resolvem seus problemas: através da violência. Talvez a violência tenha se tornado uma forma corriqueira e eficiente de se relacionar e de estar no mundo destas jovens! Destacamos, abaixo, a fala de Patrícia que corrobora com essa análise.

*Aí eu peguei um pau e taquei um monte de pausada nela, cara... Se tu visse... Chega ela desmaiou (risinhos)! Aí depois eu saí fora... Aí ela desmaiou... Aí eu soube que ela veio pra cá pra Fortaleza... (...) Aí eu fico lembrando... Às vezes passa pela minha cabeça, tipo como se fosse engraçado, mas não foi cara, ó...*

Patrícia acha esta situação engraçada! Isso soa para nós como banalização do fenômeno da violência! Parece ser tão comum resolver problemas através da violência, que chega a parecer “engraçada” a cena para esta jovem.

Ainda ao tentar nos explicar as causas da violência, Patrícia menciona uma cadeia de nexos causais. Assim, para ela, um problema causa outro, e acaba gerando um ato de violência:

*A violência pra mim é muito ruim! Porque é uma coisa atrás da outra. Se o governo tá ruim, tá entendendo, aí tem a violência... Porque vixe tá ruim aí tem que fazer a coisa errada, tipo roubar, porque tá com fome tem que*

*roubar pra comer... Aí vai roubar... Alguém reage, vai ter que matar, tá entendendo? Aí é uma violência atrás da outra. (...) É como se fosse um ciclo, uma coisa puxa a outra...*

A partir desta fala, percebemos o quanto está impregnado nesta jovem a noção de violência como consequência direta de uma problemática da realidade social, como a pobreza ou a desigualdade social. Para analisarmos esta idéia, trazemos a contribuição de Alba Zaluar (2002). Esta autora diz que a complexa problemática da violência não pode ser compreendida somente a partir dos fatores sócio-econômicos. Nessa teia de necessidades na qual estamos envolvidas, destacamos uma que consideramos bastante presente em nossa sociedade: a necessidade de pertencermos a um grupo e sermos aceitos socialmente. Uma das formas de ser aceito atualmente é pela via do consumo. Ou seja, ter acesso aos bens de consumo proporciona visibilidade. Sendo assim, acreditamos que a ação de consumir está diretamente ligada à idéia de pertença social.

Ao perguntarmos à Patrícia sobre a punição que ela consideraria correta para alguém que descumpriu uma lei, ela responde:

*Acho assim que o melhor castigo é prisão, né? Mas só que bem melhor, porque também num é porque a pessoa vai tá presa... Que vai ser presa... Aí ela vai sofrer... De jeito nenhum! A prisão... Tipo aqui. Pra reeducar a pessoa, não pra fazer ela piorar, né.*

Nessa fala, percebemos como está presente uma idéia muito difundida que encara o ato ilícito como sendo inadequação, desvio perante as regras sociais. A prisão, por sua vez, teria a função de “adequar” esse sujeito para o retorno ao convívio social. Assim, a exclusão seria uma forma de moldar as atitudes do sujeito. Volpi (2002) não concorda que a exclusão seja a melhor forma de lidar com alguém que comete um ato de violência e, por isso, afirma:

*A segurança é entendida como fórmula mágica de “proteger a sociedade (entenda-se, as pessoas e o seu patrimônio) da violência produzida por desajustados sociais que precisam ser afastados do convívio social, recuperados e reincluídos”. É difícil, para o senso comum, juntar a idéia de segurança e cidadania. Reconhecer no agressor um cidadão parece ser um exercício difícil e, para alguns, inapropriado (p. 9).*

Patrícia, no entanto, parece concordar com o sistema prisional existente, como forma de lidar com a violência. Por outro lado, sua fala faz-nos crer que a jovem tem seus questionamentos sobre a forma violenta desse sistema. Para ela, o caráter punitivo da prisão não deveria excluir as garantias a que uma pessoa tem direito, mesmo tendo cometido uma infração. Ou seja, percebemos que ela acredita na proposta de reeducação, na forma de aulas, cursos profissionalizantes, dentre outras atividades existentes no CEABM. Porém, acredita que deva existir também um caráter de punição.

Apesar de Patrícia ter a clareza da importância de estar privada de liberdade como forma de induzir uma mudança de comportamento, ela se sentia bastante incomodada com a distância entre ela e sua mãe. Refere-se a esse desconforto:

E uma coisa assim que eu acho que na cabeça de muita gente num é violência, mas pra mim é, ó cara! Porque o que tão fazendo comigo... Tão me deixando longe da minha mãe. O que tão fazendo com a minha mãe também é! Porque eu tenho que pagar pelo que eu fiz, a culpa foi toda minha!

Observando a Lei Federal 8.069/90, no seu artigo 100, vemos que é de fundamental importância fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas. É direito do adolescente privado de liberdade receber visitas, ao menos, semanalmente. Nesse sentido, acreditamos e confirmamos a opinião de Patrícia sobre a existência de violência no seu processo de separação da mãe, provocado em virtude do cumprimento da medida de privação de liberdade. Volpi (2001) também crê que o adolescente necessite de pessoas que lhe proporcionem afetividade e que isso facilita sua reinserção social.

A nosso ver, está impregnada no imaginário social a idéia da violência física como um ato legítimo para se atingir o fim da educação. Patrícia também tem esta crença.

*O que minha mãe fazia comigo, me batendo... Não considero violência, cara! Porque isso aí era pra me educar, porque se ela num fizesse isso aí cara, futuramente... Porque se ela me batesse... Metesse a porrada... Mas ela dizia assim: Patrícia, eu fiz isso pra você não fazer mais isso. Mas machucou... Doeue né cara! Mas depois, a gente viu que foi pro nosso próprio bem. Porque não foi na maldade.*

Não ter um conceito único e pronto do que seja violência é, para nós, a expressão da impossibilidade de construirmos verdades absolutas sobre o que quer que seja. É sermos conscientes de nosso constante dever e de nossa inerente insegurança por nossa condição de *ser-no-mundo*.

## Considerações Finais: (In) Conclusões

Como concluir algo que é inconcluso? Como chegar a uma definição de um fenômeno que permite vários olhares, múltiplas compreensões?

Quando escrevemos estas considerações ressaltamos o fato de não ter encontrado respostas prontas para o fenômeno a que nos propusemos a investigar. Diante de tantas indefinições, encontramos suporte na idéia de que a violência é um fenômeno eminentemente humano, inconcluso e mutável. Assim, nunca poderíamos ter a pretensão de encontrar, em um aglomerado de palavras, algo que pudesse definir e, com isso, fechar a temática da violência<sup>5</sup>

Neste estudo pudemos perceber quantos sentidos existem por trás de um fenômeno tão corriqueiro. Compreendemos que a violência é construída por nós e acontece no cenário social em que estamos inseridos. Refletimos que não sabemos lidar com a violência, mesmo sendo algo que nos é tão próximo. Também pudemos ver como a violência está tão incrustada na realidade das nossas narradoras, chegando a ser uma forma de sobrevivência!

Através das nossas colaboradoras, pudemos comprovar como é difícil escrever um manual de definições acerca da violência, onde se possa encontrar os atributos necessários para caracterizar qualquer fenômeno como violento ou não.

O que fizemos, então? Acho que conseguimos travar um diálogo, muitas vezes inexistente, entre o que diversos autores escreveram sobre o tema, com as vivências de Sara e Patrícia, aliado aos sentidos e significados que íamos construindo ao longo da execução dessa pesquisa. Neste sentido contribuímos, acreditamos, com o trabalho de profissionais que, assim como nós, lutam pela garantia dos direitos, muitas vezes negados, de tantas crianças e adolescentes.

**ABSTRACT:** This paper aims to understand how young women that fulfill socio-educative measures in a educational center understand the violence phenomenon . We start with the adolescent comprehension brought by socio-historical psychology, of the study about adolescent author of transgressor acts and different theoretical referentials about the concept(s) of violence. We made interviews with two young women that fulfills socio-educative measures in the Centro Educacional Aldaci

<sup>5</sup> O CEABM é a única unidade, em todo o estado do Ceará que atende adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade, além de diferenciar-se de outros centros masculinos por reunir as três medidas sócio-educativas: privação de liberdade, internação provisória e semi-liberdade. Foi criado em 1981, tempo em que funcionava como Centro de Triagem Feminina, recebendo uma clientela complexa e diversificada: perambulantes, órfãs, portadoras de deficiência mental e infratoras. Com o advento do ECA, o CEABM deixou de ser um Centro de Triagem para se tornar uma Unidade de Internação para adolescentes em conflito com a lei.

**Key-words:**  
Violence,  
adolescence,  
phenomenology,  
transgressor act.

Barbosa Mota (CEABM). As a way of facts analysis, we pondered about their experience of life, providing a "meeting" between their speeches and the theoretical referential chosen. Our intention with this study is to increase the reflection and discussion field in this topic and also to contribute with the work executed by professionals that deal with young people who have already committed transgressor acts or live in a social risk situation.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel, SPOSITO, Marília Pontes, FREITAS, Maria Virginia. (orgs.). *Juventude, violência e venerabilidade social na América Latina : desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco/ BID, 2003.

AMATUZZI, Mauro Martins. *Por uma psicologia humana*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

ARENDDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1969.

BOCK, A. M. B. e LIEBESNY, B. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 203-222.

\_\_\_\_\_, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-36.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: promulgada em 13 de julho de 1990. Ministério de Justiça.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CALIL, M. I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137-166.

COLL, C. et al. (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COLE, M. e COLE, S. R. *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Tradução: Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.



CRITELLI, Dulce Mara. *Analítica do sentido : uma aproximação e interpretação do real*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume. Fortaleza: secretaria da cultura e desporto, 1998.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.7, n.2, p.371-378, 2002.

FILHO, B. F. D. S.. Trabalho sujo e mediação em instituições para adolescentes em conflito com a lei. In: SALES, M. A.; MATOS M., C. de; LEAL, M., C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. Rio de Janeiro: Cortez, 2004. p.105-130.

FROTA, Ana M. *Da fenomenologia transcendental à hermenêutica ontológica: elementos para discussão*. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.15 (1/2), v.16 (1/2), p. 27-34, jan./dez. 1997/1998.

KARWOWSKI, S. *Gestalt-terapia e fenomenologia: considerações sobre o método fenomenológico em Gestalt-terapia*. Campinas: Livro Pleno, 2005.

LEVISKY, D. L.. *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

OLIVEIRA, C. S. de. *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: BARROS, M. N. S. et al (Orgs.). *Adolescência e Psicologia : concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

\_\_\_\_\_, S. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-40.

PALÁCIOS, J.. O que é a adolescência. In: COLL, C., MARCHESI, A. & PALÁCIOA, J. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas: 1995. p. 263-273.

SANTOS, A. B. dos. *Adolescente, um ser de escolha: uma compreensão fenomenológica acerca do processo de escolhas de*

*adolescentes*. Fortaleza, 2005. 77 p. (Monografia de graduação em Psicologia– Universidade Federal do Ceará).

VOLPI, M. *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_, M. (Org). *O adolescente e o ato infracional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZALUAR, Alba. *Oito temas para debate: violência e segurança pública*. (2002). Sociologia, Problemas e Práticas. [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292002000100003&script=sci\\_pdf&tlng=](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292002000100003&script=sci_pdf&tlng=)